

**MANIFESTAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020**

REFERÊNCIA	CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 (SGD: 2019.57626)
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS DEFINIDOS COMO VÍDEOS DOCUMENTÁRIOS, PROGRAMAS DE TELEVISÃO EM FORMATO DE REVISTA ELETRÔNICA, VARIEDADES, JORNALÍSTICO, DEBATES, VÍDEOS INFORMATIVOS, VÍDEO RELEASE, COBERTURA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SESSÕES SOLENES, VÍDEOS INSTITUCIONAIS, CONTEÚDOS DIGITAIS, VINHETAS E SPOTS, COM OBJETIVO PRINCIPAL DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, COM DIVISÃO POR LOTES, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
RECORRENTE	OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)
CNPJ	12.237.432/0001-08

Cuidam os autos de Recurso Administrativo interposto, no âmbito do procedimento licitatório realizado na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2020**, interposto pela empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.237.432/0001-08, em face da decisão da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** que a declarou **INABILITADA** por não atender ao disposto no item 9.7, alínea “a” do Edital.

**1. DAS PRELIMINARES**

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação.

**2. DOS FATOS**

2.1. Conforme disponibilizado na **ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2020** (fls. 2.523/2.528), a empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)** foi declarada **INABILITADA** pelo não atendimento ao disposto no item 9.7, alínea “a” do Edital.

### **3. DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR ME (FOCO VÍDEO)**

3.1. Em sua peça recursal, a recorrente alega em síntese que:

- a) A certidão nº 5185356 emitida em 14/07/2020 às 19h46m em nome de OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR-ME, CNPJ nº 12.237.432/0001-08 cumpriu a determinação do Edital;
- b) A certidão apresentada pela Recorrente assegura a inexistência de ações judiciais em nome da empresa em todo o Estado de Mato Grosso;
- c) A interpretação literal do Edital licitatório, ao prescrever a apresentação da CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, viola o artigo 31, II da Lei nº 8.666/1993;
- d) Não há previsão legal para as exigências de a Recorrente apresentar Certidão de Recuperação Judicial e Extrajudicial, e que não constam no rol de documentos estabelecidos nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, consideradas do tipo *numerus clausus*.

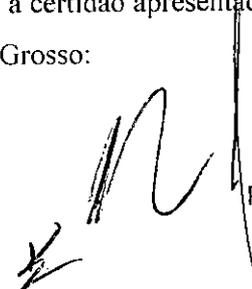
3.2. A empresa requer que:

- a) O recurso seja recebido, processado e concedido o efeito suspensivo nos termos do art. 109, §2º da Lei de Licitação e requer a juntada da certidão anexada ao Recurso;
- b) A Comissão de Licitação reconsidere a decisão, declarando a habilitação da Recorrente, nos termos da lei de licitação;
- c) Na hipótese da CLP manter a sua decisão, que seja enviado o Recurso à autoridade superior em conformidade com o §4º, do art 109, da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no § 3º do mesmo artigo;
- d) O Recurso seja julgado provido, com fundamento nas razões aduzidas, para que seja reformada a decisão atacada declarando-se a empresa OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO) habilitada pra prosseguir no pleito licitatório.

### **4. DA ANÁLISE DO RECURSO**

4.1. O Recurso Administrativo descrito acima foi encaminhado à **Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso** para análise jurídica, e posteriormente foi emitido o **Parecer nº 226/2020** (fls. 2.941/2.964) de lavra do Procurador Geral Adjunto da ALMT, Senhor GUSTAVO ROBERTO CARMINATTI COELHO.

4.2. Em seu Parecer, o Procurador trata da alegação da empresa de que a certidão apresentada assegura a inexistência de ações judiciais em nome da empresa no Estado de Mato Grosso:



Página 2 de 8

*“Alega o Recorrente que a certidão apresentada assegura a inexistência de ações judiciais em nome da empresa no Estado de Mato Grosso.*

*Porém, a certidão negativa genérica não substitui a certidão negativa específica de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, argumento este que não merece acolhida.”*

4.3. Sobre a afirmação da Recorrente que a interpretação literal do Edital licitatório, ao prescrever a apresentação da certidão negativa de falência e concordata e recuperação judicial e extrajudicial, viola o art. 31, II, da Lei 8.666/93, e a terminologia Recuperação Judicial e Extrajudicial não constam no rol de documentos estabelecidos nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, sustenta o Procurador:

*“ (...)*

*Quanto ao argumento acima, melhor sorte não assiste a Recorrente, pois a ausência das expressões “recuperação judicial e extrajudicial” se deve ao fato de que a Lei de Licitações é de 1993, ao passo que a lei que criou a recuperação judicial data de 2005.*

*Numa interpretação finalística, o artigo 31, II da lei 8.666/93, almeja assegurar que a Administração Pública não contrate empresa sem capacidade econômico-financeira de executar o serviço adequadamente ou entregar os produtos adquiridos, razão pela qual, diante da nova legislação de 2005 é plenamente possível que o edital, amparado no dispositivo legal citado, exija a certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial.*

*Nesse sentido a doutrina de LUCAS ROCHA FURTADO, ao dizer que: “Destarte mister é admitir que o art. 31 não visa somente proteger o licitante contra exigências descabidas mas principalmente, resguardar o Poder Público dos riscos de contratar com empresas que não possuam capacidade de honrar suas obrigações.” ”*

4.4. O Procurador da ALMT também informa:

*“Por fim, me valho dos argumentos apresentados na apreciação do recurso da empresa GP PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EIRELI (BANDO FILMES), no que aplicável ao caso.”*

4.5. Finalmente, o Procurador Geral **opinou pelo desprovemento** do Recurso Administrativo apresentado

pela empresa OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR ME (FOCO VÍDEO) na Concorrência nº 001/2020, mantendo a decisão da Comissão Permanente de Licitação.

4.6. Primeiramente, informamos que esta **Comissão Permanente de Licitação** e todos os licitantes estão vinculados ao Edital da **Concorrência nº 001/2020**, sendo que o **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório** está previsto no artigo 41 da Lei de Licitações nº 8.666/93. Nesse sentido, o jurista Hely Lopes Meirelles explica:

*“O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.” (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. p. 263)*

4.7. Por conseguinte, o Edital exige a apresentação da **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial**, conforme disposto no item 9.7, alínea “a” do Edital:

*“9.7. Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverão ser apresentados os seguintes documentos:*

- a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas;” (grifo nosso)*

4.8. Denota-se que a empresa OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR ME (FOCO VÍDEO), não apresentou a Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial.

4.9. Conforme sustentado no Parecer Jurídico, não cabe a alegação da empresa de que a certidão apresentada assegura a inexistência de ações judiciais em nome da empresa no Estado de Mato Grosso, pois a Certidão nº 5185356 emitida em 14/07/2020 às 19h46m em nome de OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR-ME, CNPJ nº 12.237.432/0001-08, apenas menciona o instituto de Falência e Concordata.

4.10. Não cabe a alegação da Recorrente que o documento exigido no item 9.7 alínea “a” do Edital, viola o artigo 31, II da Lei nº 8.666/1993. Neste ponto, ressaltamos que nenhuma empresa, inclusive a Recorrente, impugnou a exigência da CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, estando a exigência em plena eficácia, vigor e revestida de legalidade.

4.11. Nessa linha, decidiu o Tribunal de Contas da União:

*Acórdão nº 1214/2013 - Plenário*

*“No exame da documentação relativa à habilitação econômico financeira deve ser observada a boa situação financeira do licitante para execução do objeto do certame. Para isso devem ser exigidos:*

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, obrigatórios e já apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;*
- certidão negativa de falência ou concordata, ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;*
- certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso;*
- garantia, nas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação.”*

*“[VOTO]*

*54. Ainda em relação à qualificação econômico-financeira, o grupo de estudos propôs também que a administração exija que os licitantes apresentem “certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante”. A então 3ª Secex entende que essa exigência não é cabível, pois extrapola o que prevê a Lei 8.666/93, cujo art. 31, inciso II, tem a seguinte redação: “certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física”. 55. A esse respeito, o Tribunal já analisou situação semelhante no âmbito do TC 025.770/2009-7. Naquela oportunidade questionou-se exigência de certidão negativa de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial. O Tribunal entendeu legítima essa exigência, pois conforme apontado pelo Ministro André Luis de Carvalho, relator daquele processo, tal certidão “substitui a certidão negativa da antiga concordata em situações surgidas após a edição da lei” (item 24 do voto). Ressalte-se, ainda, que em outras situações o Tribunal se deparou com requisito semelhante e não fez qualquer restrição a respeito (Acórdãos*



1.979/2006, 601/2011, 2.247/2011, 2.956/2011, todos do Plenário). Portanto, não vejo óbices para que tal exigência seja feita.

[ACÓRDÃO]

9.1 recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento que incorpore os seguintes aspectos à IN.MP 2/2008:

(...)

9.1.10 sejam fixadas em edital as exigências abaixo relacionadas como condição de habilitação econômico-financeira para a contratação de serviços continuados:

(...)

9.1.10.4 **apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.** (grifo nosso)

4.12. Portanto, conforme exposto acima, fica demonstrado que a exigência do item 9.7, alínea “a” do Edital está revestida da legalidade pertinente.

4.13. Cumpre consignar, que o Instrumento Convocatório **não obsta a participação de licitantes em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que seja apresentada a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente,** conforme o descrito no item 4.3, inciso I:

*“4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de licitantes:*

*I - que se encontrem sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, caso em que o licitante, para participar, deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.” (grifo nosso)*

4.14. Finalmente, cabe ressaltar, que a **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial** foi apresentada de forma completa por outros licitantes participantes do certame, e que a **Comissão Permanente de Licitação** realizou a análise dos documentos

de habilitação balizada pelo **Princípio da Isonomia** e pelo **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**.

## 5. DA CONCLUSÃO

5.1. Isto posto, opino pelo **CONHECIMENTO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)** por ser apresentado tempestivamente e preencherem demais requisitos legais.

5.2. No tocante ao **MÉRITO** do recurso administrativo em análise, recomendamos, com base no **Parecer nº 226/2020**, e fundamentos expostos, pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo da empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)** a fim de **MANTER a INABILITAÇÃO** da empresa em razão do não atendimento ao disposto no item 9.7, alínea “a” do Edital.

Remetam-se os autos à revisão da Autoridade Hierárquica Superior, conforme estatui o Art. 109, § 4º da Lei 8.666/93 para que a mesma possa exarar a sua decisão.

Cuiabá-MT, 15 de setembro de 2020.



**FABRÍCIO RIBEIRO NUNES DOMINGUES**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### MEMBRO DA CPL:

Túlio Kenzo Uema – Matrícula nº 42971

Rodolfo Santos Ramos – Matrícula nº 41079 (suplente)

**DECISÃO**

Pelos fundamentos apresentados pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** em sua manifestação, bem como o **Parecer Jurídico nº 226/2020** (fls. 2.941/2964), os quais adotamos como fundamentos para esta decisão, **CONHECEMOS DO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)** nos autos do **Processo Licitatório Concorrência nº 001/2020** (SGD: 2019.57626).

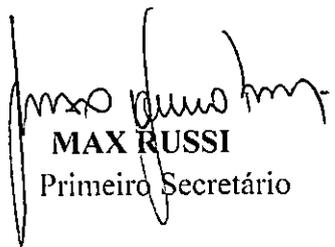
E no mérito, **JULGAMOS** pelo **IMPROVIMENTO** do Recurso Administrativo da empresa **OSMAR SOARES DA SILVA JUNIOR – ME (FOCO VÍDEO)**, a fim de **MANTER** a **INABILITAÇÃO** da empresa pelos fundamentos acima expostos.

**RATIFICAMOS** nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei nº. 8.666/93 a decisão a nós submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Cuiabá-MT, 15 de setembro de 2020.



**EDUARDO BOTELHO**  
Presidente



**MAX RUSSI**  
Primeiro Secretário